

Arrocho e expurgo

JOELMIR BETING

No enquadramento de caixa das estatais, o desgaste político da autoridade econômica no interior do próprio Governo resultou bem maior que o corte físico realmente perpetrado a golpes de decretos presidenciais.

Proibir mordomias de funcionários ainda não contratados é cortar o que não existe. Os fringe benefits do bloco, bancados por contribuintes e consumidores, foram anteriormente convertidos em direitos adquiridos e não se fala mais nisso.

O negócio, agora, é apostar na redução de cinco por cento dos orçamentos de custeio autorizados para o segundo semestre. Os de investimento já estavam devidamente garroteados, desde dezembro.

Ontem, no meu programa de rádio, o Ministro Delfim Netto defendeu-se:

— Estamos cortando não o que queremos, mas o que podemos cortar. A meio caminho do exercício anual, fica realmente difícil alterar cronogramas e cancelar dispêndios já comprometidos. No investimento, o corte maior acontece em dezembro: um terço do que foi programado pelas estatais não passou pelo gargalo da Sest. No custeio, o corte é sobre o que virá: cinco por cento no segundo semestre, mais cinco por cento no primeiro semestre do ano que vem. O Governo começa a governar-se.

Pergunto ao Ministro se a desaceleração do setor público, enquanto produtor de bens e serviços, não estará pisando no tubo de oxigênio do emprego em geral, prioridade biológica da família brasileira sem reserva. Delfim Netto discorda:

Quem patrocina o desemprego é o déficit do setor público. Reduzir esse déficit pela metade é desativar metade da causa maior do desemprego. No caso, desemprego provocado pela inflação extorsiva, pela recessão patogênica e pelos constrangimentos do balanço de pagamentos, com seu serviço da dívida transformado em fardo insustentável. E dois terços da dívida foram contratados para o financiamento dos projetos e dos déficits do setor público.

O reaquecimento do mercado de trabalho terá de aguardar os primeiros resultados do programa de ajustamento da economia. No caso, ajustamento entendido como recolocação do projeto nacional o justo calibre do recurso existente. Diz o Ministro:

A redução do déficit público, por aumento de receita e por declínio de despesa, aliviaria a pressão inflacionária da emissão de moeda sem lastro e afastará gradualmente o Governo do mercado financeiro como principal tomador de crédito interno e externo da economia brasileira. Isso diminuirá a demanda global junto ao sistema financeiro, facilitando a queda dos juros em benefício de todos. Nesse dia, os juros deixarão de inibir o investimento em produção, afastando a poupança nacional dos rodamoinhos da especulação. A coisa é simples. Complicado foi criar as condições para que isso pudesse ser feito a partir de agora. Os programas de ajustamento são dolorosos por necessidade. E como retirar a droga do viciado. O problema é de natureza política e estamos negociando, politicamente, o encaminhamento da solução, começando pela atual negociação no interior do próprio aparelho estatal.

A curto prazo, quais seriam as decisões ainda no prelo?

O Ministro informa que o pacote dos subsídios, primei-

ro da série, está completo. No máximo em 12 meses não restará um único cruzeiro de subsídio nos desvãos da economia. Por tabela, o Tesouro terá o espaço desmatado para abrir mão dos confiscos. Por exemplo: a queda do subsídio do trigo deve descarregar o confisco do café.

O pacote das estatais é página virada no capítulo das mordomias, mas ainda não está completo na questão da remuneração do trabalho, que vai ganhar novo estatuto a partir da segunda quinzena de agosto. A matéria desembarca hoje no Conselho Nacional de Política Salarial.

O terceiro pacote, o dos expurgos diferenciados dos índices de preço, de correção e de salário, recebem os últimos retoques neste fim de semana. O expurgo é o gatilho da desindexação.

Na estimativa da Seplan, junho fecha com inflação real de 12,1 por cento, com correção cambial de 9,2 por cento e com correção monetária de 7,8 por cento.

O expurgo do salário, já decidido, será de 1,5 percentual no INPC de junho, que informa o reajuste semestral de agosto. E mais um ponto percentual no INPC de julho, que entra no reajuste salarial de setembro.

O expurgo da correção, maior que o de salário, contempla o cidadão encalacrado com a dívida da casa própria. Ainda assim, o reajuste da prestação vai continuar correndo à frente do reajuste do salário. Na faixa de dez mínimos para cima, maioria dos 4,5 milhões de mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), o verdadeiro expurgo do INPC, expurgo realmente devastador, foi o da Lei 2.012, agora consolidado pela Lei 2.024: expurgo de 20 a 50 por cento do INPC.

Perto desse expurgo colosal e permanente, rotulado de arrocho e não de expurgo, a mutilação de 1,5 no INPC de junho é colírio.

Uma questão ainda em aberto: a renegociação técnica, não da dívida externa, mas do acordo do Brasil com o FMI na administração assessorada da dívida externa.

O Ministro revela que a rodada decisiva para a reformulação do acordo de dezembro, recauchutado em fevereiro e remendado em maio, começa nesta próxima terça-feira:

Esperamos acertar os ponteiros e editar o documento final até 10 de julho. Estabelecido o entendimento quanto aos métodos e aos conceitos de armação das contas, vamos concluir a produção dessas contas para a reprogramação das metas do programa de ajustamento. Já temos condição razoavelmente segura para a fixação de objetivos de até 12 meses na administração do déficit público e de pelo menos seis meses na administração do déficit externo.

O controle do déficit público é da nossa inteira responsabilidade. O do déficit externo escapa do nosso poder de decisão: depende da cotação de nossas mercadorias de exportação, da aptidão de consumo de nossos compradores, da substituição ou da abdicação do que ainda estamos importando e da sustentação das taxas de juros (custo da dívida) em patamares bem comportados.

O diabo é que o nível do juro

no planeta atrelado guarda

relação com o déficit de um

governo isolado: os Estados

Unidos. Entre dois sorrisos

amarelos, Ronald Reagan

avisa aos navegantes e inadimplentes que o orçamento

americano vai fechar o

exercício fiscal (a 30 de setembro) com um desfalque

recorde de US\$ 215 bilhões.